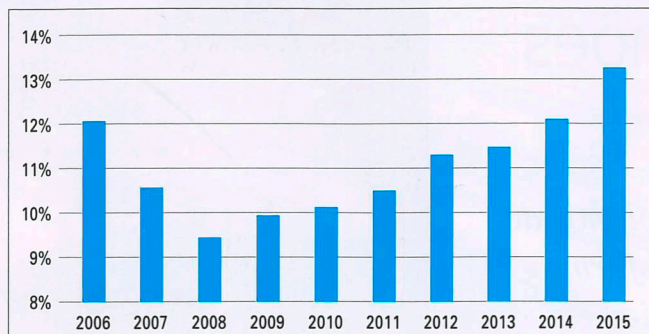
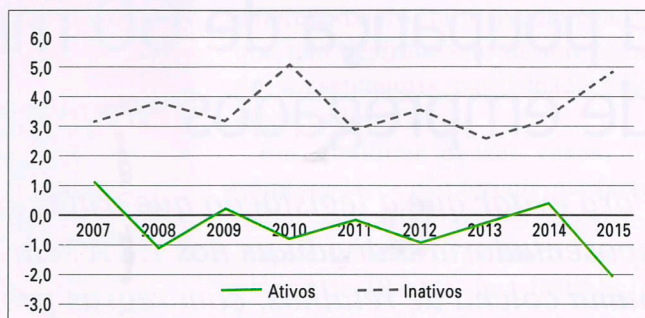


Deficit previdenciário dos estados brasileiros (em % da RCL)



Fonte: Estudo do IPEA

Taxas de crescimento anuais dos servidores estaduais ativos e inativos (em % da RCL)



Fonte: Estudo do IPEA

Evolução do déficit dos estados

A reforma previdenciária se faz cada vez mais necessária para alcançar o equilíbrio fiscal. O déficit dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos estatutários e militares dos estados brasileiros é grande e crescente, já ultrapassando 1,2% do PIB, segundo recente estudo publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Após um período de leve queda entre 2006 e 2008, o déficit dos regimes próprios dos estados cresceu significativamente entre 2009 e 2015, atingindo R\$ 77,4 bilhões, o equivalente a 13,2% da receita corrente líquida dos estados.

O estudo aponta dois motivos para o crescimento desse déficit. O primeiro consiste no forte descompasso entre o rápido crescimento dos

servidores inativos (38% na última década) e a estagnação do número de servidores ativos, que apresentou queda de 4% entre 2006 e 2015. O segundo fator, é devido a vários estados terem proporcionado, neste mesmo período, aumento de salário de cerca de 50% para os servidores ativos, e que por conta da legislação, também foram concedidos aos inativos.

Vale lembrar que a maioria dos servidores inativos dos estados entraram no serviço público antes de 2004 e, portanto, não foram atingidos pelo fim da paridade entre as remunerações dos servidores ativos e inativos prevista pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003. Com isso, essas pessoas são beneficiadas sempre que os servidores ativos com mesmo cargo

recebem aumentos salariais.

O estudo estima que nos próximos anos, o número de servidores inativos e as despesas dos estados com benefícios previdenciários devem continuar a crescer mais rápido do que o número de servidores ativos e respectivas contribuições previdenciárias. Um dos motivos seria o baixo dinamismo da arrecadação dos estados, bem como o envelhecimento dos servidores públicos estaduais ativos.

Em 2015, somente os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul responderam por 62% de todo o déficit previdenciário dos estados. Por outro lado, o estado do Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins estiveram superavitários, de acordo com o estudo.

de Janeiro), destaca um provável desgaste político dos estados e municípios para conseguirem aprovar suas próprias regras. “A reforma sendo aprovada pelo Congresso, os estados e municípios teriam apenas que aplicar o que foi decidido, não haveria desgaste da aprovação”. Ele diz que

é preciso aguardar a PEC para então poder fazer todas as propostas, que poderão ser aprovadas, ou não, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Ele destaca ainda que a reforma é fundamental para que o estado do Rio de Janeiro consiga desace-

lerar o aumento das suas despesas previdenciárias, que alcançou o montante de R\$ 17 bilhões. “Quanto mais demormos a fazer isso, mais drásticas terão que ser as medidas”, afirma Moisés. O Rio de Janeiro tem atrasado o pagamento dos salários dos funcionários ativos e aposentados.